

## **PERIFERIA URBANA E EXCLUSÃO NA FRONTEIRA CAPITALISTA AMAZÔNICA: ESTUDO DO LOTEAMENTO MORADIA BELA VISTA EM COLÍDER, MT**

William Borges **VIEIRA**

Mestre em Geografia - Universidade do Estado de Mato Grosso

E-mail: [willian.borges@unemat.br](mailto:willian.borges@unemat.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3914-2191>

Aumeri Carlos **BAMPI**

Docente da Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem

Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) e Geografia (PPGGEO)

Universidade do Estado de Mato Grosso

E-mail: [aumeri@unemat.br](mailto:aumeri@unemat.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3410-9376>

*Recebido*  
*Março de 2023*

*Aceito*  
*Março de 2024*

*Publicado*  
*Abril de 2024*

---

**Resumo:** O estudo objetiva descrever a situação do Loteamento Moradia Bela Vista em Colíder, MT, quanto ao seu grau de inclusão/exclusão na urbanidade local. Executou-se a pesquisa com abordagem qualitativa a partir do materialismo histórico e dialético, baseado em referenciais teóricos, pesquisa empírica e análise dos dados a partir de informações colhidas *in loco*. Os resultados demonstram segregação induzida atuando na localidade, a qual não é de ordem exclusiva e inédita, visto que tal situação pode ser considerada recorrente nas cidades capitalistas onde a terra é uma mercadoria. Embora seus habitantes dependam da cidade, a participação na infraestrutura da urbe ainda lhes é negada e, para o poder público, o local não é reconhecido legalmente.

**Palavras-chave:** Segregação urbana; periferia; exclusão; Colíder, MT.

## **URBAN OUTSKIRT AND EXCLUSION ON THE AMAZON CAPITALIST BORDER: A STUDY OF THE MORADIA BELA VISTA ALOTTMENT IN COLÍDER, MT**

**Abstract:** The study aims to describe the situation of the Moradia Bela Vista allotment in Colíder, MT, regarding its degree of inclusion/exclusion in the local urbanity. The research was carried out with a qualitative approach from the historical and dialectical materialism, based on theoretical references, empirical research and data analysis from the information collected on site. The results demonstrate induced segregation acting in the locality, which is not exclusive and unprecedented, since such a situation can be considered recurrent in capitalist cities where land is a commodity. Although its inhabitants depend on the city, participation in the city's infrastructure is still denied them and, for the public authorities, the place is not legally recognized.

**Keywords:** Urban segregation; outskirts; exclusion; Colíder, MT.

### **PERIFERIA URBANA Y EXCLUSIÓN EN LA FRONTERA CAPITALISTA AMAZÓNICA: UN ESTUDIO DEL ASSIENTAMIENTO VILLA BELA VISTA EN COLÍDER, MT**

**Resumen:** El estudio tiene como objetivo describir la situación del Asentamiento Moradia Bela Vista en Colíder, MT, en cuanto a su grado de inclusión/exclusión en la urbanidad local. La investigación se realizó con un enfoque cualitativo basado en el materialismo histórico y dialéctico, a partir de referentes teóricos, investigación empírica y análisis de datos a partir de información recolectada *in loco*. Los resultados muestran una segregación inducida operando en la localidad, que no es exclusiva ni inédita, ya que tal situación puede considerarse recurrente en las ciudades capitalistas donde la tierra es una mercancía. Aunque sus habitantes dependen de la ciudad, todavía se les niega la participación en la infraestructura urbana y, para las autoridades públicas, el lugar no está legalmente reconocido.

**Palabras clave:** Segregación urbana; periferia; exclusión. Colíder, MT.

## **INTRODUÇÃO**

O objeto deste estudo é o Loteamento Moradia Bela Vista, um assentamento urbano, localizado às margens da Rodovia MT-320, nas imediações de Colíder, MT, cidade situada na Amazônia mato-grossense e constituída a partir do processo de ocupação contemporânea induzida pelo governo federal a partir do Plano de Integração Nacional. A referida rodovia, sob responsabilidade do estado de Mato Grosso, corta a urbe e é utilizada como única rota de acesso dos habitantes do loteamento à urbanidade local.

Trata-se de um ambiente de ocupação recente, porém, em constante construção. Em termos quantitativos, durante a coleta de informações a campo no ano de 2022, constatou-se que a localidade comportava um total de cinquenta famílias.

No Plano Diretor Municipal atual, ainda não consta sua existência e mais ainda, o projeto não está de acordo com o que estabelece o mercado imobiliário de terrenos urbanos. A situação irregular desse assentamento revela, mesmo veladamente, a ação do capital em detrimento dos interesses sociais e da função social da terra, considerados apenas parcialmente.

Quando se analisa o contexto urbano, em caráter geral, definir a configuração da cidade e expandi-la, desordenada e precariamente, é *modus operandi* intrínseco e inevitável do capitalismo, pois a terra é tida como item de barganha (Carlos, 2008). Assim, o comércio de terras e seus agentes, método de riqueza que é genuinamente pertencente à urbanidade contemporânea, bem como a ação do Estado, que no presente, foi interpretado como agente regulador e regulador do acesso à terra, estão envolvidos no processo ou por ação, ou por negligência.

Por meio dessa premissa, que aborda a atuação do Estado, Villaça (1998) expõe que:

[...] Tão logo o capitalismo se impôs, impôs-se também o mecanismo do mercado e a redução da ação do Estado produtor direto do espaço urbano. O Estado passou a ser produtor “indireto” com a legislação urbanística, que, supostamente, regulariza a iniciativa privada (Villaça, 1998, p. 249).

Em virtude das situações e dos eventos analisados (referentes ao Loteamento Moradia Bela Vista) não serem endêmicos, compreender o dinamismo que estruturou o objeto de estudo colabora ricamente para elucidar situações segregadoras semelhantes em outros pontos fragmentados da própria cidade e/ou em outros centros urbanos na fronteira amazônica ou além dela.

Conforme Maricato (1996), a terra urbana é tratada como mercadoria e objeto de captação de renda. Assim sendo, fomenta-se uma relação de conflito entre as camadas sociais que habitam as cidades, pois, o acesso aos melhores espaços é um dos maiores causadores da desigualdade social, visto que diferentes formas de habitar permitem privilégios para determinados grupos enquanto outros são subjugados, negligenciados e marginalizados.

Neste sentido, o estudo da temática da terra urbana é justificado por sua importância social em promover discussões sobre o direito à cidade e seus obstáculos. Além disso, volta-se para a geografia urbana ao fornecer informações úteis sobre a segregação na fronteira de ocupação capitalista contemporânea na Amazônia.

A relevância se soma ainda à necessidade de esclarecer as complexas relações sociais entre o capital e o trabalho na cidade e expandir o conhecimento sobre o urbano para combater processos excludentes na configuração socioespacial do Loteamento Moradia Bela Vista, observando suas características e sua composição histórico-social, como elemento de estudo dentro da realidade do *status quo* capitalista nas cidades amazônicas.

## REFERENCIAIS TEÓRICOS

### **A terra como mercadoria: a ação do capital como ferramenta de segregação**

O processo de urbanização das cidades brasileiras, desde a formação dos primeiros municípios, mostrou-se desigual, não considerando as condições particulares de todos os envolvidos na produção do espaço urbano. A cidade pode ser entendida como um local de disputas (servindo aos moldes do capitalismo) em um estado de alteração constante. Desse modo, áreas outrora ocupadas por uma população economicamente vulnerável passaram a ser habitadas por outras, sempre de acordo com a condição imposta pela especulação imobiliária, dos detentores da terra e/ou ação do Estado (que atua como agente regulador do acesso à terra), representando um obstáculo aos direitos sociais, como a habitação digna aos menos afortunados (Dumont, 2014).

É possível afirmar, então, que coexistem duas cidades em uma mesma urbanidade: a legal (espaço dotado de planejamento, padrões pré-estabelecidos e infraestrutura adequada a uma boa condição de vida) e a ilegal (que surgiu sem planejamento e infraestrutura básica). Logo, cada um dos *locus* refletem sua estrutura física as condições dos habitantes que nela residem, justificando a desigualdade (Dumont, 2014).

Portanto, para entender as cidades, é necessário conhecer a forma como o acesso à terra urbana ocorre, processo que define sua forma e função. Nos dias que correm, o capital controla; logo, delibera as ações. Assim, conforme Sposito (1996), a terra urbana é concebida como uma mercadoria especial e, quando posta à venda, obtém valor e é colocada à disposição do capital (que pode variar de acordo com a infraestrutura que a cerca). O “preço” estipulado, no entanto, não condiz com os ganhos reais da população de baixa renda, os quais, sem opções de moradia veem-se induzidos/obrigados a ocupar áreas periféricas (Villaça, 1998).

Desse modo, o acesso à moradia digna não se resume apenas à “vontade de habitar”, é necessário pagar para tal, segundo Sposito (1996, p. 73), quando diz que “a possibilidade de acesso à moradia, por exemplo, está subordinada ao nível salarial”. Logo, residir em um espaço segregado é perecer na injustiça, de acordo com as palavras de Negri (2008):

Morar num bairro periférico de baixa renda hoje significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, renda, cultural. Isto quer dizer que um morador de um bairro periférico pobre tem condições mínimas de melhorar socialmente ou economicamente. Implica, na maioria dos casos, em apenas reproduzir a força de trabalho disponível para o capital (Negri, 2008, p. 136).

Logo, espaços segregados têm sua ocupação orientada e fomentada por aqueles que detêm o controle da terra e pelos que constroem as legislações referentes à habitação.

### **Os agentes produtores do urbano, a mercantilização da terra e a segregação induzida**

O espaço urbano – sob a ótica das urbanidades capitalistas contemporâneas – é interpretado como ambiente das reproduções, isto é, o lócus onde as manifestações sociais ocorrem de modo distinto, construindo o espaço (Santos, 1994). A reprodução espacial no Loteamento Moradia Bela Vista transmite ideia de divisão do trabalho, considerando que todos os chefes de família que ali residem possuem vínculos empregatícios visando à renda mensal para sustento familiar. Desse modo, produção e reprodução do espaço urbano possuem relações íntimas com o capital e, em consequência, a apropriação do urbano. Verifica-se, portanto, o dinamismo da cidade e do objeto de estudo.

A fragmentação do espaço urbano que condicionou a existência do objeto de estudo se deu em decorrência da ação dos agentes produtores do espaço. Desse modo, para pensar a cidade não basta apenas entendê-la como fruto de um processo (que envolve, em nosso caso de estudo, o capital), mas também como uma condição (Carlos, 2011).

Portanto, todos os agentes produtores do espaço (os proprietários fundiários, promotores imobiliários, o Estado, grupos excluídos e, por fim, os proprietários dos meios de produção) que produzem o espaço urbano, onde se incluem mazelas e/ou benfeitorias, o fazem a fim de atender seus interesses. Contudo, quanto mais se produz o espaço urbano mais o preço da terra se eleva, garantindo, a posse por somente aqueles que têm condições uma vez que a valorização expulsa financeiramente a camada mais vulnerável para a outra face do urbano, as áreas periféricas (Corrêa, 1995).

Sendo assim, considerando em especial a urbanização amazônica, verificam-se peculiaridades, pois as urbanidades apresentam similaridades, porém, há uma distância social entre as classes que nela interagem. Obviamente, a exclusão da centralidade urbana encontra-se ligada à segregação induzida que pode ser interpretada de forma simples como um processo em que o grupo de pessoas de baixo poder aquisitivo é forçado indiretamente a viver em espaços periféricos. No entanto, trata-se de um distanciamento que contempla o local de moradia, visto que os que distanciam são aqueles que precisam do segregado para cumprir funções específicas na centralidade da urbe (Moreira Júnior, 2010). Sabendo da real situação financeira dos moradores locais é possível afirmar que o foco da pesquisa se enquadra em ações segregacionistas.

## **A formação socioespacial da cidade de Colíder, MT, no contexto da fronteira capitalista amazônica**

As ações que culminaram no avanço da fronteira capitalista no contexto amazônico no Centro-Oeste, resultando na criação do município são muitas; no entanto, algumas foram cruciais e/ou mais efetivas para atração de pessoas e investimentos para a região, observando o contexto histórico.

Durante os Governos de Getúlio Vargas, a chamada “Marcha para o Oeste” objetivava os “espaços vazios” que se seguiu à atração gerada pelas capitais estaduais (e em especial à nova sede do poder administrativo do país, Brasília). Da mesma forma, dentre os planos de ocupação e desenvolvimento executados entre as décadas de 1960 e 1970, (Pires, 2000) pode-se citar o Plano de Ação Econômica do Governo, cujo objetivo era aumentar a produção de alimentos e matéria-prima por meio de crédito rural e incentivo à mecanização do campo. Igualmente havia o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, que visava, além do crédito rural, melhorar a infraestrutura agrícola, criar rodovias e locais para armazenamento de material oriundo da agricultura (além dos planos nacionais de desenvolvimento e integração (PND I, PND II e PIN).

Quanto à urbanização amazônica, verifica-se a influência de agentes construtores do espaço diferentes que moldaram as formas de acesso à terra para habitação e/ou como investimento. O Estado e a iniciativa privada em forma de pessoas jurídicas (as colonizadoras), que recebiam grande extensões de terras devolutas a um preço simbólico por parte do Estado, ditavam a configuração espacial e a forma de acesso a ela. Assim, essas empresas privadas de colonização tiveram muito sucesso em suas atividades, considerando que várias cidades amazônicas, entre elas Colíder, oriundas de terras por elas administradas/ comercializadas com intuito de expandir a fronteira agrícola para o contexto amazônico (Hespanhol, 2000).

O município de Colíder foi criado por meio de incentivos governamentais atrelados ao interesse privado, com o pretexto de urbanizar a Amazônia. Dessa forma, a cidade teve seu traçado planejado, considerando que topógrafos vindos do estado do Paraná seguindo a abertura da BR-163 realizaram estudos (por meio de voos) para identificar o local onde a colonizadora estabelecer a cidade que estava sendo idealizada. Contudo, o acesso à terra se dava por meio da compra, e a venda da terra estava a cargo da Colonizadora Líder, de titularidade de Raimundo da Costa Filho (Aranha, 2019).

Ainda segundo o autor supracitado, a criação oficial do patrimônio de Cafezal (Gleba Cafezal ou ainda Cafelândia, como era chamada a cidade inicialmente) ocorreu precisamente

em 07 de maio de 1973. Registros apontam que um grande número de pessoas veio de outras regiões do país a partir daquela década, atraído pelas novas frentes agrícolas que prometiam terras férteis na Amazônia Legal (Aranha, 2019).

No entanto, a facilidade produtiva prometida logo se mostrou um fato fantasioso, pois as primeiras famílias que se instalaram na localidade não receberam (de imediato) infraestrutura por parte do Estado ou da empresa responsável pela colonização. Muitos ficaram à própria sorte na localidade, sem ter o que fazer e/ou para onde ir. Assim, a inclusão precarizada já se fez presente no surgimento da cidade. Com o desenvolvimento da cidade a posteriori, essas situações ocorridas representam uma contradição à imagem de “cidade planejada” que passou a ser veiculada.

Somente após o aumento vertiginoso da população local, o nome “Patrimônio de Cafezal” foi substituído pelas iniciais da colonizadora responsável por organizar a ocupação da área (Colonizadora Líder), surgindo, então, o nome Colíder (Co+Líder). Em 1979, por meio da Lei Estadual nº. 4.158, criou-se, de forma oficial, o município, sendo desmembrado de Chapada dos Guimarães (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020).

Assim sendo, seguiu os padrões das urbanizações subordinadas aos interesses do capital, que construiu as cidades amazônicas de forma desigual (Cunha, 2002). A exclusão de pessoas do solo urbano constituído (por não terem condições financeiras de habitar dignamente) permitiu a expansão da periferia desregulamentada e/ou precária, contradizendo o que fora propagandeado sobre o progresso e crescimento de uma cidade beneficiada pelo avanço da fronteira agrícola.

Portanto, a cidade fragmentada propicia a periferia ser um ambiente alternativo criado pelo setor privado (que busca pelo capital), porém destinado aos menos afortunados, e a razão disto é elucidada por Maricato (2003), que expõe:

A falta de alternativas habitacionais, seja via mercado privado, seja via políticas públicas sociais é, evidentemente, o motor que faz o pano de fundo dessa dinâmica de ocupação ilegal e predatória de terra urbana. A orientação de investimentos dos governos municipais revela um histórico comprometimento com a captação da renda imobiliária gerada pelas obras (em geral, viárias), beneficiando grupos vinculados ao prefeito de plantão. Há uma forte disputa pelos investimentos públicos no contexto de uma sociedade profundamente desigual e historicamente marcada pelo privilégio e pela privatização da esfera pública (Maricato, 2003, p. 158).

Desta maneira, o Loteamento Moradia Bela Vista é caracterizado como resultado de um processo de segregação induzida, pois neste tipo de segregação, conforme expõem Moreira e Junior (2010), as famílias são direcionadas ou mesmo forçadas, de maneira indireta, a

procurarem por áreas que ofereçam infraestrutura básica mínima. Assim se explica a presença predominante de pessoas com o mesmo perfil socioeconômico no Loteamento Moradia Bela Vista, situação que ocorre em muitos outros loteamentos irregulares presentes nas periferias das cidades brasileiras.

## **METODOLOGIA**

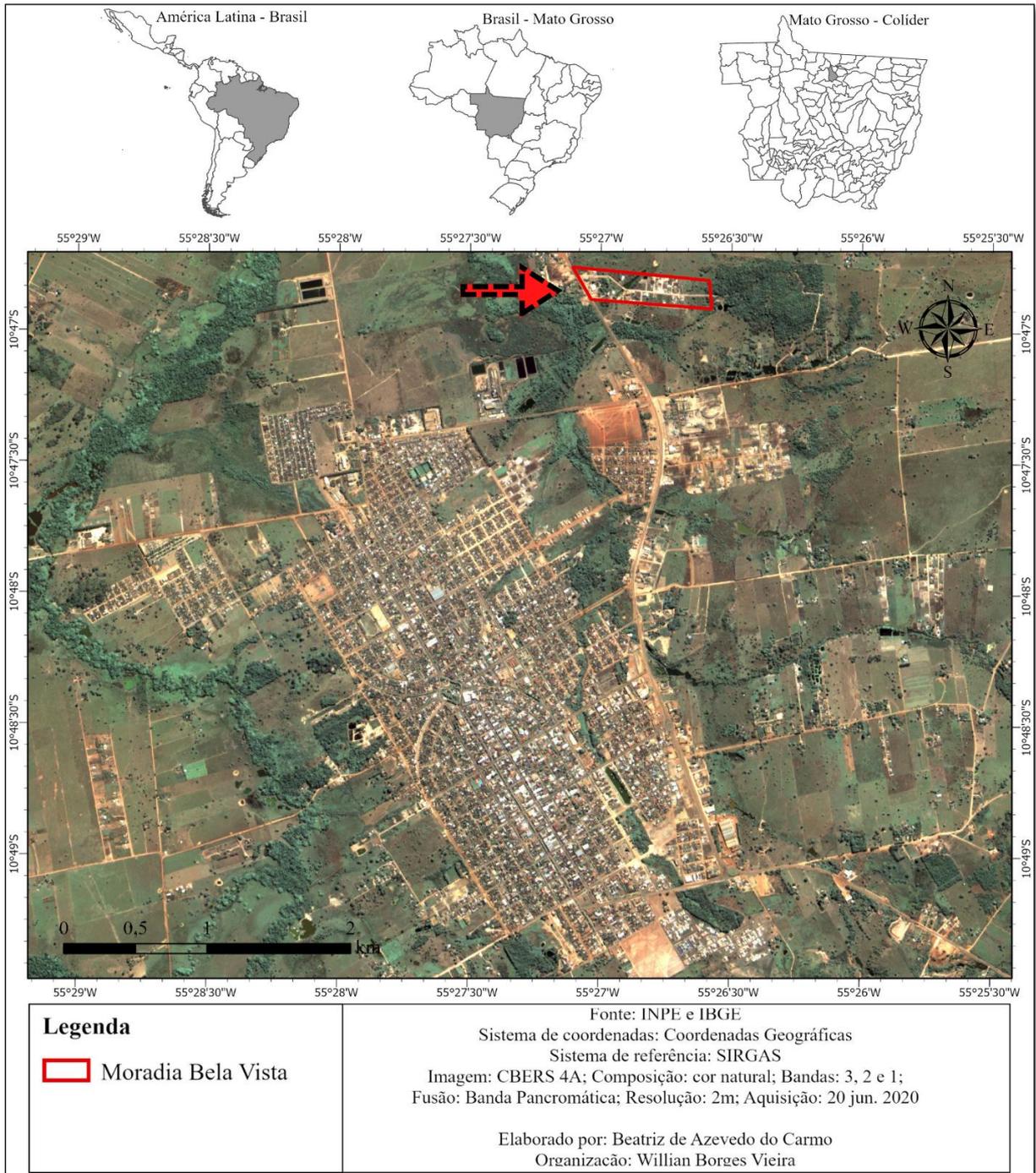
### **Caracterização da área de estudo**

Colíder é um município localizado na porção norte do estado de Mato Grosso, possui um território de 3.112,091 km<sup>2</sup>, sob as coordenadas geográficas: latitude: 10° 48' 19.08" Sul, longitude: 55° 27' 23.22" Oeste, tendo o edifício da prefeitura do município como ponto de referência, em área de bioma amazônico com alto grau de desflorestamento, a uma distância de 650 km da capital do estado, Cuiabá.

O objeto de estudo corresponde ao loteamento Moradia Bela Vista (Figura 1), situado no entorno do perímetro urbano da cidade de Colíder, mas não pertencente de forma legalizada ao espaço da urbe. O loteamento situa-se em uma área anteriormente ocupada por uma propriedade rural com pecuária bovina, atividade econômica preponderante no município. O espaço tornou-se loteamento, abrigando cinquenta famílias, não estando de acordo com as especificidades de um loteamento urbano descrito no Plano Diretor do Município. Contudo, se não se caracteriza como bairro urbano legalizado, sua proximidade com a cidade e sua configuração de ocupação por parcelamento remete a uma urbanidade precária e em busca de reconhecimento.

Como método de abordagem a pesquisa tomou por subsídio o materialismo histórico e dialético, o qual é baseado na investigação, acontecimentos histórico-geográficos (políticos, econômicos e culturais de diferentes épocas) exercem influência na atualidade. Para entender o presente, é necessário analisar os diferentes períodos de formação do objeto de estudo. O método considera ainda o objeto de estudo como algo concreto, porém em movimento passível de constante mudança. Desse modo, o método pode ser aplicado em pesquisas de cunho social já que aborda os aspectos da realidade por meio da análise histórica (Lakatos; Marconi, 2003).

Figura 1 - Mapa de localização do Loteamento Moradia Bela Vista



Fonte: Organizado pelos autores (2021).

Dessa forma, analisando a importância do materialismo histórico e dialético, tem-se a contribuição de Lefebvre (2013), o qual afirma que:

[...] considerando o objeto de uma maneira concreta e com uma existência concreta, observando o seu significado. A partir desse ponto, observam-se os determinantes históricos de relacionamento do objeto em sua totalidade. No curso do desenvolvimento histórico avalia-se o que foi incorporado e envolvido no objeto. Analisa, então, o que foi modificado e transformado. A análise permite reencontrar o movimento real em seu conjunto, portanto o expõe e compreende a totalidade concreta vigente na atualidade, isto é, a estrutura atual. O conhecimento dessa totalidade, através de seus movimentos históricos e de seu devir, é um resultado do pensamento (Lefebvre, 2013, p. 37).

Quanto aos procedimentos técnicos, a presente pesquisa foi desenvolvida em três fases. A primeira corresponde à atividade de gabinete, isto é, ao levantamento bibliográfico responsável pela base teórica, para então, explicar o objeto de estudo, considerando situações semelhantes materializadas em materiais diversos (Gil, 1994).

A segunda etapa do trabalho consistiu em realizar atividades de campo, que incluíram a produção de registros fotográficos e a interlocução com moradores locais. Durante essa fase, foram realizadas três entrevistas com proprietários de terra que adquiriram suas propriedades por meio de diferentes meios, como compra ou troca, além da aplicação de vinte questionários para contabilizar a população local. Importante mencionar que, no momento da aplicação dos questionários, a população total era de 69 pessoas. A terceira fase envolveu a análise e tratamento dos dados coletados, bem como a discussão dos resultados obtidos à luz do referencial teórico adotado.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **O loteamento Moradia Bela Vista: composição social e espaço ocupado**

O Loteamento Moradia Bela Vista é um local recente no contexto histórico de criação e desenvolvimento municipal. Anteriormente, o local era utilizado para atividades ligadas ao setor primário da economia como uma propriedade rural com pastagens à pecuária bovina. Entretanto, sua utilização foi alterada após a construção de vias de acesso similares aos presentes em áreas urbanas, e o terreno foi desmembrado em várias porções menores para serem vendidas como lotes urbanos.

Assim, a caracterização do local como um ambiente periurbano se dá pela semelhança de sua estrutura com áreas urbanas, mesmo estando no meio rural, em meio a atividades do campo. No entanto, embora apresente semelhanças com áreas urbanas, o referido local não dispõe da infraestrutura básica esperada em cidades, tais como sistema de abastecimento de água encanada, rede de esgoto e pavimentação asfáltica. Portanto, cabe aos moradores locais a

responsabilidade de providenciar individualmente o suprimento de água por meio de poços tradicionais e destinar o tratamento de seus resíduos domésticos por meio de fossas sépticas comuns.

Durante a análise realizada no local, as estimativas indicaram que aproximadamente cinquenta famílias estavam residindo no Loteamento Moradia Bela Vista. No entanto, é importante ressaltar que, devido à constante mercantilização das terras na região, é possível que o número de moradores seja maior e venha a aumentar nos próximos anos.

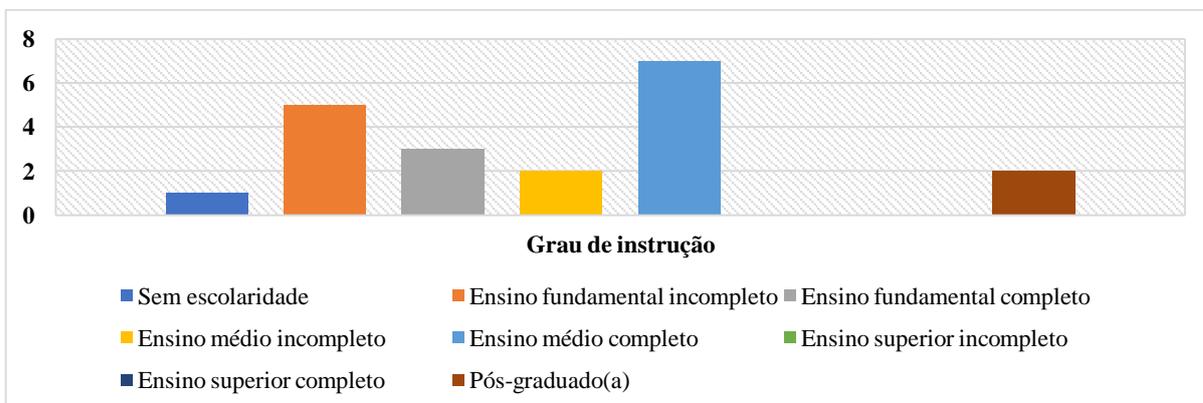
A população residente na área de análise é constituída por indivíduos que necessitam vender sua força de trabalho para garantir o sustento familiar. Neste sentido, a realização de tarefas remuneradas evidencia que o desenvolvimento da periferia em questão atraiu pessoas com características sociais, econômicas e etárias similares, ou seja, aptas para o trabalho. Isso evidencia a oferta local de mão de obra da localidade ao capital produtivo. Assim, em concordância com o exposto, Carlos, Volochko e Alvarez (2015) afirmam que:

[...] só é possível encontrar suas determinações na cidade capitalista, aquela constituída a partir dos processos mais gerais de reprodução do capital, que guardam a necessidade intrínseca da produção e realização de mais-valia e da propriedade privada da terra (Carlos; Volochko; Alvarez, 2015, p. 66).

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos moradores questionados, pode-se afirmar que este é baixo, tendo em vista que a maioria não concluiu o ensino médio. Dos vinte moradores que responderam à pesquisa, apenas sete concluíram o ensino médio, enquanto onze possuem educação básica incompleta. Embora dois indivíduos tenham declarado ter pós-graduação, estes representam a minoria, como evidenciado pelo Gráfico 1.

O número significativo de pessoas sem ensino superior não é exclusivo do local de estudo, e sim que, no Brasil, é característica das classes sociais economicamente dominantes. Ao segregado, na condição de proletariado, o foco está na sobrevivência por meio da venda força de trabalho, assim, a formação intelectual ocupa um segundo plano. Considerando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2019, a desistência escolar e/ou infrequência apresenta altos índices, visto que, 6,6% das pessoas entre 15 a 17 não frequenta escola e/ou não têm o ensino médio completo. Analisando o percentual daqueles possuem frequência escolar na etapa em questão, 29% dos alunos matriculados não são considerados frequentes nas unidades escolares em que estão matriculados, sugerindo evasões em potencial (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019).

Gráfico 1 – Nível de escolaridade dos vinte questionados



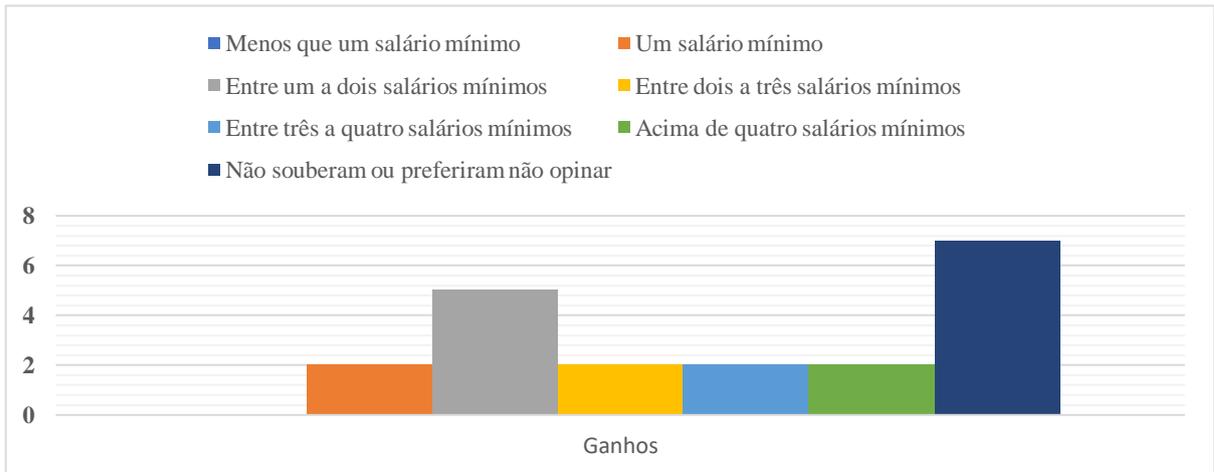
Fonte: Organizado pelos autores (2022).

Ao analisar os dados apresentados no referido gráfico, torna-se possível compreender a configuração socioeconômica dos habitantes locais. O fato de que há uma predominância de indivíduos com baixa escolaridade, como por exemplo, educação básica incompleta, pode ser entendido como um contribuinte para a formação de bairros excluídos, visto que, a falta de acesso a informações, oportunidades e recursos, são fatores que contribuem para existência de um ciclo de pobreza e exclusão social que se perpetua nas cidades capitalistas. Portanto, este refere-se à materialização do espaço apropriado pelos mais afetados pela desigualdade.

Deste modo, o local da pesquisa pode ser interpretado como um território excluído, sem apoio e reconhecimento adequados por parte do poder público. A coleta de lixo doméstico e o transporte escolar eram inexistentes na área, e só foram garantidos por meio de intensas reivindicações populares.

No que diz respeito à questão da renda, constatou-se que, dentre as vinte residências que foram objeto de visita, o sustento financeiro da família dependia de rendimentos mensais baixos, os quais provinham majoritariamente do trabalho assalariado no comércio local. Assim, de acordo com os dados dispostos no Gráfico 2, dentre a maioria dos chefes de família que aceitaram revelar o real ganho mensal, constata-se que valores declarados ficaram abaixo de dois salários mínimos. Contudo, é importante mencionar que a maioria das pessoas optou por não divulgar o valor de seus rendimentos mensais.

Gráfico 2 – Rendimento mensal nas vinte residências analisadas



Fonte: organizado pelos autores (2022).

Dessa maneira, a baixa remuneração verificada na localidade pela maioria é refletida diretamente nas residências que em sínteses são habitações simples. Mesmo assim, é possível notar que há residências em diferentes estados físicos, como, por exemplo, em fase de construção e/ou inacabadas, existindo, ainda, aquelas cujos moradores decidiram ocupar antes de seu término, sugerindo que o habitar era uma necessidade imediata. Contudo, considerando que o Gráfico 2 também apresenta moradores com rendimentos mensais acima dos dois salários mínimos, estes ganhos sustentam a ideia de que é possível habitar em residências dignas, justificando residências com características estéticas melhores. Assim, as condições das habitações expostas na Figura 2 refletem em sua estrutura as condições financeiras das famílias que nelas residem.

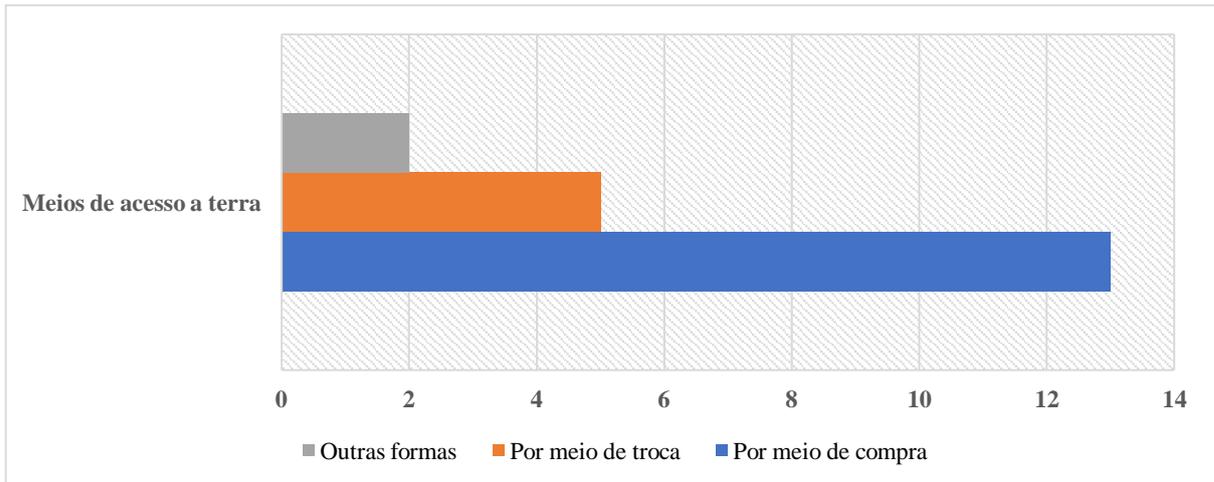
Figura 2 – Habitações heterogêneas



Fonte: organizado pelos autores (2022).

A compra das terras representou a maioria dos casos constatados no Loteamento Moradia Bela Vista. Contudo, o acesso à moradia por meio da troca de bens representou a segunda ação mais presente, enquanto as locações mensais ou por recebimento de herança ou, ainda, de forma gratuita em decorrência de auxílio familiar, representaram os menores indicadores conforme exposto no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Meios de acesso à terra



Fonte: Organizado pelos autores (2022).

Foi necessário construir as residências, em muitos casos por pessoas de baixa renda, e que são interpretados como moradores da autoconstrução (Correa, 1995) é correto afirmar que na localidade o pressuposto ocorreu, considerando as situações físicas das construções (que podem ser visualizadas na Figura 2) e os baixos ganhos salariais vistos no Gráfico 2. Em termos gerais, é evidente uma ocupação progressiva do loteamento tornando a comercialização da terra recorrente. Quanto à idade das residências e o início da ocupação da área, trata-se de um ambiente de ocupação recente (visto que as primeiras construções no local não ultrapassam sete anos de idade).

A situação de vulnerabilidade econômica do objeto de estudo ganha maior abrangência e exige maior atenção, quando se verifica que o loteamento não contou com aval do poder público municipal em seu surgimento, visto que a forma como se deu o início da comercialização dos lotes não ia de acordo com o que estabelecem os parâmetros “legais” expostos no Plano Diretor Municipal. Estando em ilegalidade, portanto, falta regulamentação fundiária urbana; logo, nenhuma das propriedades analisadas possui algo a mais que um simples contrato de compra e venda entre pessoas físicas.

Considerando o baixo rendimento mensal das famílias, a ausência de um registro sobre propriedade aos moldes do mercado de terras era esperada, visto que a regulamentação fundiária possui custo considerável, e não ocorre corriqueiramente em bairros periféricos, sobretudo em cidades amazônicas de pequeno porte. Afinal, conforme explica Souza (2005), a forma capitalista de construir a cidade não beneficia a todos da mesma forma. A exclusão de pessoas do solo urbano constituído de forma “legal”, permite a expansão da periferia desregulamentada, trata-se da ocupação necessária de uma parte da terra de baixa importância para o mercado fundiário.

Por se tratar de uma área não regulamentada, é notório e evidente que deficiências e /ou ausência de serviços públicos ocorram, e o diálogo com moradores permitiu verificar essas deficiências e como as reivindicações/ações populares transformaram esses serviços e/ou ao menos os exigem. Atualmente, existe coleta de lixo uma vez a cada semana, no entanto, conforme apresentado por moradores isto é insuficiente para atender com qualidade a todos. Quanto ao transporte escolar, constatou-se que ocorre diariamente. Torna-se importante salientar que ambos os serviços só são executados no interior do loteamento em decorrência de várias reivindicações populares, visto que era necessária a coleta de resíduos. Também em relação aos alunos, a legislação federal brasileira (Lei n. 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei n. 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) determina o atendimento obrigatório com transporte à educação básica.

Ao serem indagados sobre a possibilidade e o desejo de mudança de residência, todos os moradores do Loteamento Moradia Bela Vista afirmaram que prefeririam permanecer no local, caso tivessem a escolha. Essa resposta é compreensível, considerando as condições financeiras dos moradores, mas também um certo apego ao lugar. Em geral, a possibilidade de mudança para outra área habitacional estaria limitada a ambientes compatíveis com os respectivos rendimentos de cada família, e geralmente seriam outros bairros periféricos. Portanto, os moradores mais economicamente vulneráveis dentro de uma sociedade capitalista estão condicionados aos espaços onde residem e vendem sua força de trabalho. Essa situação é ainda mais agravada pela limitação de mobilidade, seja pela falta de recursos ou pela impossibilidade de mudança. Para muitos, seus ganhos mínimos representam apenas o suficiente para a subsistência nas territorialidades excluídas onde residem (Sposito, 1996).

Desta maneira, tendo em vista que muitos indivíduos optaram por residir no local devido ao baixo custo do terreno e à facilidade de acesso ao mesmo, é possível inferir que a aceitação é a solução mais prática, mesmo que haja uma consciência da situação, visto que mudar todo o sistema é inviável. De acordo com as explicações de Tonet e Lessa (2012), o pouco que é

obtido justifica a escolha de moradia dessas pessoas, uma vez que a renda não permite o acesso à centralidade urbana. Além disso, os promotores imobiliários, proprietários fundiários e o Estado (este último por ignorar as desigualdades existentes entre as diferentes classes e conceder maiores poderes às classes burguesas) direcionam esses indivíduos para áreas excluídas da urbanidade legal.

Assim, os residentes do Loteamento Moradia Bela Vista são indivíduos que estão inseridos no sistema capitalista e nos meios de produção, possuindo propriedade privada, mas não como mandatários, patrões e/ou proprietários dos meios de produção, e sim como trabalhadores explorados no processo de mercantilização do solo urbano. Por essa razão, são vistos como uma peça facilmente substituível na busca pelo acúmulo de capital.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Loteamento Moradia Bela Vista em Colíder, MT, não corresponde a um tipo de exclusão urbana única, de natureza exclusiva desse ambiente e/ou, ainda, um processo novo nunca experimentado nas urbanidades amazônicas e/ou no referido município. Considerando a forma de apropriação do espaço urbano, de modo geral, os mesmos problemas de habitação evidenciados em outras localidades (inclusive na própria área munícipe de que o objeto de estudo faz parte) são recorrentes, fazendo o ambiente da pesquisa ser interpretado como mais um processo ativo de segregação, em que o acesso à moradia digna é negado à população economicamente vulnerável.

De fato, a análise do objeto de estudo revela uma relação perversa de dependência envolvendo a cidade, o segmento segregado e os detentores dos meios de produção. Nesse contexto, observa-se que os agentes responsáveis pelo processo produtivo necessitam de mão de obra barata para maximizar seus lucros, enquanto os indivíduos segregados buscam trabalho e moradia em ambientes compatíveis com seus poucos ganhos, favorecendo, assim, os proprietários de terras e imóveis.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a burguesia, o Estado e os promotores imobiliários não oferecem condições adequadas do direito à cidade e suas vantagens, cumprindo de forma precária a função social da terra. Esse direcionamento inadequado das classes menos favorecidas para bairros periféricos e/ou excluídos, como o objeto dessa pesquisa, acarreta na fragmentação da cidade e na distância entre grupos sociais distintos. Essa prática é fundamental para que as classes dominantes continuem a manter sua posição de *status quo* e poder, e para que a cidade capitalista perpetue sua existência tal como é. Torna-se importante destacar assim, que essa exploração da população menos favorecida

economicamente é indispensável para o funcionamento do sistema capitalista, que se sustenta na busca incessante por lucros e na perpetuação das desigualdades sociais.

Com isso, o não reconhecimento urbano e a permanência do morador de baixo rendimento em ambiente segregado não é só permissível pela negligência, em termos jurídicos, como viável (opção) para o Estado, considerando a arrecadação de capital com a desobrigação de execução de obras de infraestrutura, muitas vezes onerosas aos cofres públicos. Portanto, muitos se beneficiam com a negação desse ambiente como parte da cidade.

Além disto, a condição da infraestrutura das habitações, na maioria das situações analisadas, está em desacordo com os padrões considerados como adequados para acomodar famílias com dignidade e conforto, o que sugere que a necessidade de habitação era uma emergência para as famílias que as ocupam e caracterizam o ambiente como sendo de fato uma periferia pobre. Além disso, considerando o baixo nível econômico da região, em conjunto com as razões que levaram essas pessoas a habitarem a área em questão, sustentam a definição de área segregada induzida, resultado da direção desse grupo populacional pelas forças produtoras do espaço.

Destarte, as alternativas para mitigar a exclusão urbana existente não se resumem a negar o acesso a esses ambientes, visto que aumentaria o número de famílias sem habitação própria; porém é necessário elevar o poder de renda das pessoas para que possam habitar dignamente a cidade e/ou recuperar a habitação que já ocupam. Ocorre que, por si só, o incremento de renda não seria a solução para a problemática, pois as flutuações do valor da terra e materiais diversos utilizados para adequar as moradias a oferecer o conforto de um lar podem sofrer alterações.

O auxílio financeiro seria uma ação falível e insuficiente para solucionar a problemática da segregação evidenciada. Todavia, existe uma maneira de mitigar os impactos da segregação nas famílias do objeto de estudo e, para tal, o Estado em sua esfera municipal deve abandonar a atual situação omissa, passando a reconhecer a localidade como ambiente urbano, visto que, aos olhos dos moradores e apenas deles, essa inclusão já existe. São necessárias infraestruturas adequadas que garantirão minimamente vida digna aos moradores, proporcionando os demais direitos que ainda lhes são negados e a integração à cidadania urbana.

Neste aspecto é necessário retomar no país a discussão sobre a reforma urbana, a construção de políticas de acesso à terra urbana, à habitação digna, ao saneamento, acesso a serviços de educação e saúde e à possibilidade de participação dos cidadãos nas decisões.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Elias Alves. **Colíder a cidade e sua formação histórica**. São Paulo: Recanto das Letras, 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CARLOS. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

CUNHA, José Marcos Pinto da. **A migração no centro-oeste brasileiro no período 1970/96: o esgotamento de um processo de ocupação**. Campinas: NEPO, 2002.

DUMONT, Tiago Vieira Rodrigues. Segregação socioespacial e a recente política urbana e habitacional nas cidades brasileiras. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência e da Segurança Urbana – LEVS**, Marília, n. 13, p. 129-145, maio. 2014. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/levs/article/view/3756>. Acesso em: 23 abr. 2022.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Tradução: William Lagos. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. *In: Agricultura, Cidade e Análise Regional. Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, v. 1, n. 22, p. 7-26, jul. 2000, Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7290>. Acesso em: 19 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Histórico do Município de Colíder, MT**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrosso/colider.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de indicadores sociais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html#downloads>. Acesso em 09 dez. 2022.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo. HUCITEC, 1996.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 17, n. 48, p. 151-166, ago. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9928>. Acesso em: 5 mar. 2023.

MOREIRA JÚNIOR, O. Cidade partida: segregação induzida e autosegregação urbana. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 33, p. 1-10, mar. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia>. Acesso em: 3 ago. 2022.

NEGRI, S. Segregação socioespacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**, [S. l.], v. 8, n. 8, p. 129-153, 2008. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/108>. Acesso em: 9 mar. 2022.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Classe, raça e acesso ao ensino superior no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 138, p. 867-880, set./dez. 2009. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/217/230>. Acesso em: 3 ago. 2022.

PIRES, Mauro Oliveira. Programas agrícolas na ocupação do cerrado. **Sociedade e cultura**, Uberlândia, v. 3, n. 1 e 2, p. 111-131, jan./dez., 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/703/70312129007.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

TONET, Ivo.; LESSA, Sérgio. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.